



PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

PARTE A

**EDITAL**  
**LICITAÇÃO COM RESERVA DE ITENS PARA ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS**

LICITAÇÃO N.º 009/CPL-SEMUSA/2020  
PROCESSO N.º 37956/2019  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
ORIGEM DOS RECURSOS: 951 – FINASUS ESTADO  
PROGRAMA DE TRABALHO: 0015 – GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA  
ELEMENTO DE DESPESA: 3390300000 – MATERIAL DE CONSUMO

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 372.302,30 (TREZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 10 DE MARÇO DE 2020 ÀS 14:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 10 DE MARÇO DE 2020 ÀS 14:00 HORAS

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE BOLSAS DE OSTOMIA INTESTINAL E OUTROS, QUE FICARAM DESERTOS NO PROCESSO 7572/2019, PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO POLO DA BAIXADA LITORÂNEA PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Fagundes Varela, s/nº – São Cristóvão – Cabo Frio - RJ, na sala da CPL, no horário de 09:00 às 16:30 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <https://saude.cabofrio.rj.gov.br/licitacao.php>

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 10 (Dez) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo 8	-	Minuta de Contrato

EDITAL ELABORADO POR:  
CLÁUDIO HENRIQUE CRUZ DOS SANTOS  
SUPERVISOR OPERACIONAL – SEMUSA



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**PARTE B**

**PREÂMBULO**

A Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **EDUARDO ANDRADE DA CRUZ** e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 55 de 11 de Julho de 2019 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **009/CPL -SEMUSA/2020**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL- SRP**, Julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as disposições da Lei 10.520 de 2002, do Decreto Municipal 4.918 de 2013, do Decreto Municipal nº 5.926 de 2018 e, subsidiariamente da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as condições a seguir estabelecidas:

**1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

1.1 – Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua Fagundes Varela, s/nº - São Cristóvão – Cabo Frio – RJ, na sala da CPL até o dia **10 DE MARÇO DE 2020 ÀS 14:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua Fagundes Varela, s/nº – São Cristóvão – Cabo Frio - RJ, no dia **10 DE MARÇO DE 2020 ÀS 14:00 HORAS**, horário de Brasília - DF.

1.2 – Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **ÓRGÃO GERENCIADOR:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, situada a Rua Fagundes Varela, s/nº – São Cristóvão – Cabo Frio - RJ.

**2- OBJETO**

2.1– A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE BOLSAS DE OSTOMIA INTESTINAL E OUTROS, QUE FICARAM DESERTOS NO PROCESSO 7572/2019, PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO POLO DA BAIXADA LITORÂNEA PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, descritos e especificados no ANEXO 6 – Termo de Referência.

2.2 – Em atendimento ao inciso I, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/06, os itens de valor até R\$ 80.000,00 foram separados para concorrência preferencial dos licitantes enquadrados no regime do referido diploma legal (preferencialmente para ME/ EPP/ MEI/ COOPERATIVAS).

**3- DA ESTIMATIVA DE PREÇO**

3.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 372.302,30**

**(TREZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)**, conforme Anexo 1.1. deste edital.

**4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1 – As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial da União e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 – Os questionamentos ao ato convocatório deste certame serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Fagundes Varela, s/nº – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ, no horário de 9:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da lei nº 8.666/93.

4.5 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **5 – PARTICIPAÇÃO**

5.1 – Poderá participar do presente pregão presencial, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.1.1 – Para os itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), haverá uma fase de lances exclusivamente para as empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07, desde que atendam aos requisitos deste edital.

5.1.2 – Os interessados que atendam aos requisitos do edital, porém não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07, também poderão apresentar propostas de preços para os itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no subitem 10.14.1 da Seção 10 (Julgamento das Propostas), quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face à impossibilidade de se adjudicar os itens a empresas enquadradas como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07.

5.1.3 – Na hipótese de não haver a adjudicação dos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a nenhum licitante que concorra na qualidade de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07, o Pregoeiro procederá a abertura de nova sessão pública, ato contínuo, iniciando a fase de lances entre os proponentes que tenham, nas condições do subitem 5.1.2, apresentado proposta de preços.

5.2 – A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 – É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 – É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5 – Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, obedecidas as seguintes regras:

5.5.1 As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, no qual deverá estar indicada a empresa líder, como responsável principal perante o Município (empresa, ou órgão idealizador da licitação), pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação de Juízo.

5.5.2. No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

5.5.3. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, mediante a apresentação da documentação comprobatória, a sua Habilitação Jurídica, a sua Qualificação Técnica, a sua Qualificação Econômico-Financeira e a sua Regularidade Fiscal.

5.5.4. As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.

5.5.5 As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem mediante a participação em qualquer outro consórcio.

5.6 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a ao Prefeito, ao Vice-Prefeita, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.9 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

## **6 - CREDENCIAMENTO**

6.1 – Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

- a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representa-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação da cópia autenticada da identidade dos sócios integrantes da empresa, dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado e ainda apresentação da cópia autenticada da identidade dos sócios integrantes da empresa.
- b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento, a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada da cópia autenticada da identidade dos sócios, dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado e cópia autenticada da identidade dos sócios integrantes da empresa.

6.1.1. A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante. Ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação.

6.1.2. Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 – Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1. O pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração de que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, deverá apresentar declaração conforme anexo V, declarando que é beneficiária da Lei



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1. O Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação do licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.2. A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.2 declarando que observa o art. 34, da Lei nº 11.488/07, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o segundo dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Fagundes Varela, s/nº – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

## **7 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

7.1 – No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

**ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS**  
**LICITAÇÃO N.º 009/CPL-SEMUSA/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

Apresentação do envelope de documentação:

**ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**LICITAÇÃO N.º 009/CPL-SEMUSA/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

## **8 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1 – A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1. Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 01 via.

8.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal (habilitada no contrato social), devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

8.5 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 – Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas neste Edital serão desconsiderados.

8.8 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos e por extenso, com no máximo duas casas decimais;

b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos; devendo declarar expressamente em documento apartado ao da proposta, que atende todas as exigências mínimas, de prazos de entrega e quantidades estipuladas previamente no Edital.

c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

d) Declaração apartada da proposta de preços, porém dentro do mesmo envelope, que a empresa se compromete a cumprir o prazo de entrega de até 10 (Dez) dias, a contar da ordem de fornecimento, devidamente assinada pelo mesmo representante que assinar a proposta de preços.

8.8.1. Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexequível;

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal 8.666 de 1993.

VII – não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum inexequível, concederá ao respectivo o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

8.11 – A Proposta de preços conterà obrigatoriamente marca e/ou fabricante dos produtos, o número do registro da



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

Anvisa, conjuntamente com a publicação do registro no D.O.U, dentro do prazo de validade.

8.12 – A Proposta deverá ser apresentada, além do modelo escrito, conforme Anexo 1 (Formulário Oficial de Proposta), também em pen drive, com modelo de planilha a ser disponibilizada por esta secretaria. O Pen drive apresentado ficará retido para ser anexado ao processo administrativo e a não apresentação do mesmo com o modelo disponibilizado, será motivo de desclassificação da proposta.

8.12 – Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da proposta vencedora esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 – Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 – Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1. O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.10.2 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.12 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

## **10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo;

10.3 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.4 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.13 do edital.

10.5 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.6 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

10.7 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.8 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.9 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

10.10 – Na hipótese de o objeto dos itens com valor até 80.000,00 – não ser adjudicado à licitante enquadrado como ME, EPP, MEI ou sociedade cooperativa que observe o art. 34, da lei nº 11.488/07, serão analisadas as propostas apresentadas pelos demais licitantes que ofereceram proposta conforme disposto no item 5.1.3.

10.11 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.12 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei 10.520/02.

10.13 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.14 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a ata de registro de preços/retirar a Nota de Empenho.

10.15 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

## **11 - HABILITAÇÃO**

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.





**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

11.1.1. Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2. No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o segundo dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**.

11.2 – A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

**I - Habilitação Jurídica:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

**II – Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas ao ICMS e à Dívida Ativa;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos.
- f) Certidão de Regularidade de Situação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

11.3. Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

11.4. Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.5. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.6. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**III – Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;
- b) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- c) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

**Onde:** AC é o ativo circulante; PC é o passivo circulante; RLP é o realizável a longo prazo; ELP é o exigível a longo prazo e AT é o ativo total.

- d) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

- e) Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea "a", a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.
- f) Entenda-se por "apresentado na forma da Lei":
- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
  - As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o Lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
  - As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
  - Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
  - A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.
- g) As sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea "b" acima.

**IV – Da Qualificação Técnica:**

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado;
- b) Autorização de Funcionamento (AFE), expedida pela ANVISA, conforme prevê a legislação para comercialização de medicamentos da Portaria 344/98
- c) Registro de produto no Ministério da Saúde ou protocolo de pedido de revalidação do registro requerido ao Ministério da Saúde no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, do qual não tenha havido decisão negativa, conforme § 6º, art. 12 da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;
- d) Licença sanitária expedida pelo órgão competente.
- e) A empresa licitante de cada item, deverá apresentar, no prazo de 3 dias úteis, **sob pena de desclassificação**, 2 (duas) amostras de todos os itens por ela vencidos, de acordo com o tipo de embalagem original de entrega, dentro de envelope lacrado, devidamente identificado com etiqueta **"AMOSTRA"**, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação.

**V – Das Declarações:**

- a) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado onde as licitantes tenham sede, ou Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

b) Declaração, conforme modelo em anexo, que:

- Não possuímos nosso quadro funcional servidor público ou em nosso quadro funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

c) Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

d) Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura da ata de Registro de Preços.

e) Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Cabo Frio, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

## **12 – DOS RECURSO ADMINISTRATIVOS**

12.1 – Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 – Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 09:00h às 17:00h na sala da CPL situada na Rua Fagundes Varela, s/nº - São Cristóvão – Cabo Frio - RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 09:00h às 17:00h.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

12.8 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art.41 § 2º da Lei 8.666/93.

### **13 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1 – A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1. No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 – A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **14 – DO RECEBIMENTO**

14.1 – O objeto da Ata de Registro de Preço será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, mediante atestado na Nota Fiscal e será feita por servidor designado pela SEMUSA, o qual afixará seu carimbo e sua assinatura, quando da conclusão da entrega.
- b) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material pela Secretaria Municipal de Saúde.
- c) **Definitivamente**, quando do aceite e processamento da correspondente Nota Fiscal.

Na constatação de qualquer falha, sujeira, dano, avaria, contaminação, total ou parcial nos materiais, objeto desta licitação, ou de qualquer outra irregularidade ocorrida no fornecimento dos materiais, a SEMUSA comunicará a ocorrência por escrito à CONTRATADA, sendo admitido o uso de correio eletrônico, para sua imediata regularização, caso em que não ocorrerá a aceitação do(s) material (ais), e o correspondente pagamento ficará suspenso e subordinado à sua efetiva correção.

### **15 – PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1 – O prazo de execução será de 12 (doze) meses.

### **16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, a SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO convocará a LICITANTE para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de trinta dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

16.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) Número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) Identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) Relação de fornecedores, pela ordem de classificação final no processo licitatório;
- d) Preço unitário do vencedor do respectivo item, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;
- e) Valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Órgãos e entidades participantes do registro;
- g) Prazo de vigência do registro;
- h) Menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;
- i) Necessidade de permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- j) Critério de reactuação dos preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade de mercado;
- k) Limites global e individual para solicitações de adesão;



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

- l) Sanções pelo descumprimento de suas diretrizes;
- m) Hipóteses de cancelamento e extinção prematura.

16.2 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função de propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e no sítio oficial da Prefeitura, ficando disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços.
- b) Quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata.
- c) Os órgãos participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

16.3 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo cumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

16.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.5 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) For atestado o descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
- b) O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- c) O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Estiverem presentes razões de interesse público; e
- e) Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

16.5.1 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.5.2 – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

16.6 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

16.7 – A utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, devendo ser observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal n.º 5.926/2018.

16.8 – A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos nos subitens 16.11 e 16.12, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

16.9 – A solicitação de adesão deverá observar o disposto no capítulo VIII, do Decreto Municipal n.º 5.926/2018.

16.10 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

16.11 – O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 100% do quantitativo registrado.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

16.12 – O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder o limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

16.13 – A ata de registro de preço decorrente do presente procedimento terá o prazo de validade de 12 meses.

### **17 – DAS ALTERAÇÕES**

17.1 – O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificado pela **SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO**, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal 8.666/93.

17.1.1. Observado o disposto no artigo 10 § 1º do Decreto Municipal nº 5.926/18, as eventuais alterações da ata não poderão acarretar aumento do quantitativo registrado.

17.1.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.1.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.1.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da ordem de início da prestação do serviço e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

17.1.5 – Nas hipóteses descritas nos subitens 17.1.2 e 17.1.3, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

17.1.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### **18 – DA FISCALIZAÇÃO**

18.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Requisitante.

18.2 – Os atos de fiscalização realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO não eximirão a empresa a ser CONTRATADA de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

### **19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

19.1 – A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) Multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total da Ata de registro de preço, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520 de 2002.

19.1.1. A imposição de multa e demais sanções é de competência do Secretário (a) Municipal Titular da Pasta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, segundo o do Decreto Municipal 5.926 de 2018.

19.1.2. A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização.

19.1.3. A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea "f" do caput deste item.

19.1.4. Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do subitem 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c" e "d".

19.1.5. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.6. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.7. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal 5.926 de 2018.

19.1.8. O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

## **20 – RESCISÃO**

20.1 – A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93

## **21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

21.1 – A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela CONTRATADA e aceita pela SECRETARIA.

21.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

21.3 – Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio protocolado na secretaria de saúde do município de Cabo Frio.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a CONTRATADA promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a" da Lei Federal 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.9 – No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.





## **22 – ESTIMATIVA DE PREÇO**

22.1 – O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ R\$ 372.302,30 (TREZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)** conforme especificações do Termo de Referência.

22.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremediáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA.

22.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **23 – DA GARANTIA**

23.1 – Será exigido do fornecedor, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

23.2 – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

23.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## **24 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Autorizar o fornecimento dos materiais, mediante solicitação escrita dirigida à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias
- b) Permitir aos funcionários credenciados pela CONTRATADA, livre acesso às áreas de entrega, de modo a viabilizar o fornecimento.
- c) Comunicar à CONTRATADA irregularidade na execução do objeto deste Termo, para adoção das providências cabíveis.
- d) Designar empregados de seu quadro para integrar equipe de fiscalização da execução dos serviços.
- e) Exigir o cumprimento integral das obrigações firmadas pela CONTRATADA.
- f) Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nas condições estabelecidas neste Instrumento.

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Sempre que solicitado pela SEMUSA, a CONTRATADA prontamente apresentará todas as comprovações do atendimento das exigências de que trata este Termo de Referência.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

- b) Entregar todos os documentos relativos ao contrato conforme designação da SEMUSA, e obedecendo rigorosamente os prazos legais e contratuais.
  - b.1.) Para todos os efeitos administrativos e/ou legais, a data de referência da entrega dos documentos, feitas pela CONTRATADA para a SEMUSA, relativos a esta contratação, bem como as contagens dos prazos a eles associados, será a data da sua efetiva entrega, conforme descrito acima, independentemente da data de emissão do documento, ou de qualquer outra nele afixada ou escrita
- c) Atender a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório, bem assim o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos na contratação, durante toda a vigência contratual.
- d) Para a entrega utilizar-se de mão-de-obra qualificada, treinada e especializada, sendo todos do seu quadro regular de empregados, além de apresentar todos os seus empregados sempre devidamente uniformizados e identificados.
- e) Quanto a qualidade dos produtos, A CONTRATADA assume integral responsabilidade, por todo e qualquer dano que vier a causar direta ou indiretamente à SEMUSA, bem como a terceiros, incluindo, mas não se limitando a ocorrências de acidentes, doenças, mortes, perdas e/ou destruições, isentando a SEMUSA de todas e quaisquer reclamações cíveis e/ou trabalhistas que possam surgir, não cabendo, em qualquer caso, direito regressivo em relação à SEMUSA.
- f) A CONTRATADA declara que estão incluídos na sua proposta de preços, e por sua exclusiva conta todos os custos e encargos necessários.
- g) Se a SEMUSA relevar o descumprimento no todo ou em parte, de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

## **25 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1– No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.2 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei nº 10.520 de 2002, e no Decreto Municipal 5.926 de 2018, e, subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666 de 1993.

25.3 – Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, na Rua Fagundes Varela, s/nº - São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ. tel.: (22) 2646-2512, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

25.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

25.5 – A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.6 – Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

25.7 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 11.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o segundo dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

25.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal 8.666 de 1993.

25.9 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal 8.666/93, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

**26 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

<b>Parte A</b>	-	<b>Informações Específicas sobre o Edital</b>
<b>Parte B</b>	-	<b>Procedimentos da Licitação</b>
<b>Anexo 1</b>	-	<b>Formulário Oficial de Proposta</b>
<b>Anexo 1.1</b>	-	<b>Estimativa Orçamentária</b>
<b>Anexo 2</b>	-	<b>Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação</b>
<b>Anexo 3</b>	-	<b>Modelo de Declaração</b>
<b>Anexo 4</b>	-	<b>Modelo de Carta de Credenciamento</b>
<b>Anexo 5</b>	-	<b>Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006</b>
<b>Anexo 6</b>	-	<b>Termo de Referência</b>
<b>Anexo 7</b>	-	<b>Minuta da Ata de Registro de Preços</b>
<b>Anexo 8</b>	-	<b>Minuta de Contrato</b>

**EDITAL ELABORADO POR:**  
**CLÁUDIO HENRIQUE CRUZ DOS SANTOS**  
**SUPERVISOR OPERACIONAL - SEMUSA**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 1**  
**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA**

Processo n.º 37956/2019  
Licitação n.º 009/CPL-SEMUSA/2020  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL – SRP  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

**EMPRESA:**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**TELEFONE:**  
**BANCO/AGÊNCIA:**  
**CONTA BANCÁRIA Nº:**

**E-MAIL:**

**OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE FIOS CIRÚRGICOS E AFINS.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total:				

**PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 10 (DEZ) DIAS, APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.**  
**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS**  
**DATA:**

*Carimbo de CNPJ*  
*Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado*



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 1.1**  
**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	Bolsa de Colostomia/Ileostomia com ou sem adesivo microporoso drenável opaca.	Bolsa drenável para estoma intestinal adulto, plástico antiodor, opaca, sem filtro de carvão ativado, resina sintética, treshidrocoloides, recortável de 19 a 64 mm, com adesivo microporosohipoalergênico,tela protetora de pele em plástico microperfurado. <b>Apresentar amostra.</b>	Unid	8000	R\$ 15,80	R\$ 126.400,00
2	Bolsa de colostomia/ileostomia com leve convexidade (leve retração) Transparente.	Bolsa drenável para estoma intestinal adulto, <b>com leve convexidade</b> , plástico antiodor, <b>transparente</b> , filtro de carvão ativado, resina dupla camada em formato ovalado. Recortável de 15 a 43mm, fechamento tipo envelope, fecho em velcro. <b>Apresentar amostra.</b>	Unid	1100	R\$ 70,73	R\$ 77.803,00
3	Conjunto de Placa e Bolsa Opaca 38 mm para Estoma Intestinal.	Sistema compatível de bolsa e base adesiva para estoma intestinal adulto, bolsa drenável, plástico antiodor, opaca, com ou sem filtro de carvão ativado, base adesiva de resina sintética recortável constituída por 3 hidrocolóides, flange de baixo perfil de 38mm com adesivo microporosohipoalergênico tela protetora com plástico microperfurado. <b>Apresentar amostra.</b>	Kit	800	R\$ 58,25	R\$ 46.600,00
4	Barreiras protetoras de pele sintética em forma de pasta.	Barreira protetora de pele em forma de pasta para prevenção, tratamento e nivelamento de irregularidades da pele, composto por hidrocolóide disponibilizada como tubo de pastacom aproximadamente 60 mg. <b>Apresentar amostra.</b>	Tubo	1000	R\$ 93,50	R\$ 93.500,00
5	Creme Barreira	Produto lipofílico, proporciona proteção e maciez, restaura o PH da pele. indicado para o uso na área periestomal para proteger contra irritação, fricção e efluentes do estoma. Composto de: água, OlivatoCetearílico e sorbitano, Acrilato C-10-C30 AlquilAcrilato copolímero e ácido dehidroacétil. Tubo de 60ml. <b>Apresentar amostra.</b>	Unid	60	R\$ 85,28	R\$ 5.116,80
6	Barreira protetora de pele	Barreira protetora de pele em forma de pasta para o cuidado de estomas intestinais e urinários composta de estireno-isopreno-estireno (SIS), borracha de isopreno líquido, poliisobutileno (PIB), dióxido de silício coloidal, óleo mineral, pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica (CMC), dióxido de titânio, metilparabeno e etilparabeno. Indicada para o preenchimento de cavidades e dobras cutâneas ao redor do estoma, assegurando um ajuste preciso entre o estoma e a base adesiva e protegendo a pele do efluente do estoma. Sem álcool. Não arde. Não estéril. Acondicionado em tubo de 60g embalado individualmente em caixa com 1 unidade com aplicador. <b>Apresentar amostra.</b>	Unid	250	R\$ 91,53	R\$ 22.882,50

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 372.302,30</b>
--------------	-----------------------



**ANEXO 2**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_,  
DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade  
Pregão Presencial– SRP nº **X009/CPL - SEMUSA/2020**.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 3**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Razão Social:** .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial - SRP nº **009/CPL - SEMUSA/2020** nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 4**  
**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

À  
Comissão Permanente de Licitação - Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº **009/CPL - SEMUSA/2020**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) ....., nacionalidade ....., cédula de identidade nº ....., emitido pelo ....., para, em nome da .....(nome da empresa) ....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**





**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 5**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº **009/CPL - SEMUSA/2020**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n° \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é \_\_\_\_\_ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

ANEXO 5.1  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)**

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº **009/CPL - SEMUSA/2020**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura as Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 5.2**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006**

PREGÃO PRESENCIAL – Nº **009/CPL - SEMUSA/2020**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
Inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei nº 11.488/07 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 e 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



**ANEXO 6**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE OSTOMIA (BOLSA PARA OSTOMIA INTESTINAL E OUTROS), PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO PÓLO DA BAIXADA LITORÂNEA

**1. OBJETIVO:**

1.1 - Este Termo de Referência tem por objetivo definir o escopo para registro de preços para a aquisição de materiais de ostomia (bolsa para ostomia intestinal e outros), para atendimento aos pacientes do Pólo da Baixada Litorânea

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 - Trata-se da solicitação referente à aquisição anual de material de consumo, a saber, material de ostomia para atendimento aos pacientes da Região do Pólo da Baixada Litorânea que inclui os municípios: Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Iguaba Grande.), **listados no Anexo I, que não houve cotação no processo 7572/2019, reinterando a necessidade e importância destes itens, no que refere a qualidade de vida, proteção e segurança dos pacientes do polo.**

2.2 - Esta aquisição segue as orientações da Portaria SAS/MS nº 400/2009, onde define que as Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios em gestão plena e que aderiram ao Pacto pela Saúde, adotem as providências necessárias à organização da Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas, devendo para tanto:

- I - orientar quanto ao cadastro de pessoas com estoma;
- II - organizar e promover as ações na atenção básica;
- III - estabelecer fluxos e mecanismos de referência e contra referência para a assistência às pessoas com estoma na atenção básica, média complexidade e alta complexidade, inclusive para cirurgia de reversão de estomias nas unidades hospitalares;
- IV - zelar pela adequada utilização das indicações clínicas de equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança para pessoas com estoma;
- V - efetuar o acompanhamento, controle e avaliação que permitam garantir o adequado desenvolvimento das atividades previstas para a assistência às pessoas com estoma; e
- VI - promover a educação permanente de profissionais na atenção básica, média e alta complexidade para a adequada atenção às pessoas com estoma.

2.3 - Para a definição dos materiais, suas especificações e quantidades planejadas, foi seguida a listagem dos materiais dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança apresentadas pela Portaria SAS/MS nº 400/2009 e descritos na tabela de procedimentos do SUS.

2.4 - O Pólo da Baixada Litorânea possui equipe técnica para a conferência de amostras, de acordo com o descritivo padrão, e a emissão de Parecer Técnico para o processo licitatório e o(s) fiscal (is) do contrato.

2.5 - A equipe do Pólo da Baixada Litorânea mantém atualizado o registro e controle de estoque facilitando o levantamento anual do quantitativo necessário ao atendimento dos usuários, respeitando o que é legalmente estabelecido e, concomitantemente, considerando a previsão de uma margem de segurança para possíveis mudanças no perfil dos usuários, entrada de novos pacientes e demandas diárias com consulta em estomaterapia.

2.6 - Cada paciente retira, em média, o quantitativo de 15 bolsas/mês, sendo a principal demanda pelo tipo de ostomia intestinal drenável. Também se incluem os materiais de barreiras protetoras.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

- 2.6 - Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º da Lei 10.520 de 2002 e Decreto nº 4.918/2013 PMCF;

### **3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 3.1 - Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores (Licitações Adm. Pública);
- 3.2 - Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 3.3 - Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido as Micro e Pequenas empresas na contratação com a Administração Pública.
- 3.4 - Lei nº 10.520/2002 (Pregão) e Decreto nº 4.918/2013 PMCF;
- 3.5 - Instrução Normativa SMS nº 01/2018, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cabo Frio
- 3.6 - Portaria Nº 116, de 9 de setembro de 1993, inclui no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS a concessão dos equipamentos de órteses, próteses e bolsas de colostomia constantes do Anexo Único.
- 3.7 - Portaria nº146, de 14 de outubro de 1993, estabelece diretrizes gerais para a concessão de Próteses e Órteses através da Assistência Ambulatorial.
- 3.8 - Portaria Nº 400 de 16 de novembro de 2009 - normatiza o atendimento à Pessoa Ostomizada no SUS.

### **4. OBJETO**

- 4.1 - Registro de preços para a aquisição de materiais de ostomia (bolsa para ostomia intestinal e outros), para atendimento aos pacientes da Região do Pólo da Baixada Litorânea

### **5. ESPECIFICAÇÃO**

- 5.1 - Este Termo abrange os itens de fornecimento elencados no ANEXO I e os preços deverão ser apresentados conforme ANEXO II, levando em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como serviços de frete, tributos, transporte, bem como quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre o objeto.
- 5.2 -NORMALIZAÇÃO: Os produtos fornecidos deverão estar de acordo com a legislação e normas vigentes estabelecidas pelos órgãos e instituições competentes, no que tange à regulação dos processos de produção, distribuição e comercialização dos mesmos.
- 5.3 -VALIDADE: Os itens licitados deverão possuir validade igual ou superior a 18 meses no ato da entrega, caso o produto não possua esta validade o vencedor do certame deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela troca do produto.

### **6. DO FORNECIMENTO**

- 6.1 - As entregas serão atestadas mediante apresentação de Nota Fiscal, onde deverão constar obrigatoriamente as descrições dos produtos e as suas quantidades fornecidas, observando-se as corretas unidades de fornecimento contratadas, fazendo-se constar o nome e a matrícula do recebedor, e sendo por ele assinada.
- 6.2 - A CONTRATADA é responsável por validar, no ato do fornecimento, o correto preenchimento de todos os formulários que integram a operação de entrega, independentemente de quem os tenha preenchido, passando então a responder pela exatidão dos mesmos, podendo a SMS -Secretaria Municipal de Saúde recusar o seu pagamento quando estes apresentarem incorreções, ou rasuras de qualquer natureza.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

6.3 - A CONTRATADA se obriga a dar ciência ao Fiscal do Contrato, imediatamente e por escrito, por Carta Formal em papel timbrado, por fax, ou uso de correio eletrônico, de qualquer anormalidade que verificar na execução do fornecimento, ou de qualquer fato que possa impedir sua perfeita execução.

## 7. DOS PRAZOS E LOCAL DA ENTREGA

7.1 - PRAZO DE ENTREGA: A entrega será efetuada após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, que procederá conforme descrito a seguir:

7.1.1 – Observar as quantidades solicitadas.

7.1.2 - O prazo máximo de entrega é 5 dias uteis a partir da Autorização de Fornecimento.

7.2 - LOCAL DE ENTREGA:

7.2.1 Polo I – Serviço de Atenção a Pessoas Ostomizada  
Rua Governador Valadares, S/N – São Cristóvão  
Junto ao HCE

7.3 - A CONTRATADA responderá perante a SMS por eventuais prejuízos e danos decorrentes do descumprimento da programação de entrega, bem como por atrasos, demora, sua omissão ou de terceiros a seu serviço, em quaisquer dos materiais objeto deste Termo de Referência.

7.4 - O horário para as entregas é de segunda-feira a sexta-feira de 08h30min às 16h30min.

7.5 - A CONTRATADA deverá justificar à SMS, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais motivos de força maior que a impeçam de realizar a entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência.

7.6 - A CONTRATADA deverá sujeitar-se ao horário de trabalho que a SMS vier a adotar ou determinar, de acordo com as suas conveniências, sendo a alteração comunicada pela FISCALIZAÇÃO da Contratante com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data fixada para o início dos mesmos.

## 8. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

8.1 - A aceitação dos bens e serviços integrantes deste Termo de Referência ocorrerá em duas etapas, em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8.666/1993:

8.1.1 - Aceitação provisória, que ocorrerá mediante atestado na Nota Fiscal, e será feita por empregado designado pela SMS, o qual afixará seu carimbo e sua assinatura, quando da conclusão da entrega no destinatário.

8.1.2 - Aceitação definitiva, que somente ocorrerá quando do aceite e processamento da correspondente Nota Fiscal.

8.1.3 - A aceitação definitiva de qualquer dos materiais só poderá ser feita após a conclusão da aceitação provisória.

8.2 - Na constatação de qualquer falha, sujeira, dano, avaria, contaminação, total ou parcial nos materiais deste Termo de Referência, ou de qualquer outra irregularidade ocorrida no fornecimento dos materiais, a SMS comunicará a ocorrência por escrito à CONTRATADA, sendo admitido o uso de correio eletrônico, para a sua imediata regularização, caso em que não ocorrerá a aceitação do(s) material(ais), e o correspondente pagamento ficará suspenso e subordinado à sua efetiva correção.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

- 9.1 - O pagamento do fornecimento se dará em até 5 (cinco) dias úteis, após a conferência e aceitação dos materiais, observando-se o que segue:
- 9.1.1 - A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal, representativa dos materiais, de acordo com a(s) Autorização(ões) de Fornecimento, que deverão estar anexados, juntamente com a cópia dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal atualizados, cópia da(s) Nota(s) de Empenho(s), cópia do contrato e, quando for o caso de, seu(s) aditivo(s), através de abertura de processo de pagamento junto ao Protocolo da SMS;
  - 9.1.2 - A SMS terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da abertura do processo de pagamento, para proceder à aceitação definitiva mediante a conferência de todos os dados integrantes da cobrança, além da verificação do cumprimento das demais obrigações contratuais, e em especial, da regularidade fiscal da CONTRATADA;
  - 9.1.3 - A SMS terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de conclusão da aceitação definitiva, para proceder ao pagamento da Nota Fiscal;
  - 9.1.4 - A CONTRATADA entregará toda a documentação de cobrança, corretamente elaborada, perfeitamente legível, e sem rasuras;
  - 9.1.5 - No caso de se verificar o não atendimento de quaisquer dos requisitos indicados nos subitens anteriores, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as irregularidades, reiniciando-se então a contagem dos prazos fixados para a aceitação definitiva.
- 9.2 - A nota fiscal e demais documentos de cobrança deverão ser emitidos pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ com que se cadastrou no processo licitatório, não se admitindo que tais documentos sejam emitidos com outro CNPJ a qualquer título, mesmo aqueles das filiais ou da matriz.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1 - Sempre que solicitado pela SMS, a CONTRATADA prontamente apresentará todas as comprovações do atendimento das exigências de que trata este Termo de Referência.
- 10.2 - Entregar todos os documentos relativos ao contrato conforme designação da SMS, e obedecendo rigorosamente os prazos legais e contratuais.
- 10.2.1 - Para todos os efeitos administrativos e/ou legais, a data de referência da entrega dos documentos, feitas pela CONTRATADA para a SMS, relativos a esta contratação, bem como as contagens dos prazos a eles associados, será a data da sua efetiva entrega, conforme descrito acima, independentemente da data de emissão do documento, ou de qualquer outra nele afixada ou escrita.
- 10.3 - Atender a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório, bem assim o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos na contratação, durante toda a vigência contratual.
- 10.4 - Para a entrega utilizar-se de mão-de-obra qualificada, treinada e especializada, sendo todos do seu quadro regular de empregados, além de apresentar todos os seus empregados sempre devidamente uniformizados e identificados.
- 10.5 - Quanto a qualidade dos produtos, A CONTRATADA assume integral responsabilidade, por todo e qualquer dano que vier a causar direta ou indiretamente à SMS, bem como a terceiros, incluindo, mas não se limitando a ocorrências de acidentes, doenças, mortes, perdas e/ou destruições, isentando a SMS de todas e quaisquer reclamações cíveis e/ou trabalhistas que possam surgir, não cabendo, em qualquer caso, direito regressivo em relação à SMS.
- 10.6 - A CONTRATADA declara que estão incluídos na sua proposta de preços, e por sua exclusiva conta todos os custos e encargos necessários.



10.7 - Se a SMS relevar o descumprimento no todo ou em parte, de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1 – Autorizar o fornecimento dos materiais, mediante solicitação escrita dirigida à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias
- 11.2 - Permitir aos funcionários credenciados pela CONTRATADA, livre acesso às áreas de entrega, de modo a viabilizar o fornecimento.
- 11.3 - Comunicar à CONTRATADA irregularidade na execução do objeto deste Termo, para adoção das providências cabíveis.
- 11.4 - Designar empregados de seu quadro para integrar equipe de fiscalização da execução dos serviços.
- 11.5 - Exigir o cumprimento integral das obrigações firmadas pela CONTRATADA.
- 11.6 - Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nas condições estabelecidas neste Instrumento.

## **12. DA FISCALIZAÇÃO.**

### 12.1 - Fiscalização pela SMS:

- 12.1.1 - A fiscalização da SMS terá plenos poderes para fiscalizar e acompanhar integralmente a execução do objeto deste Termo, a qualquer tempo, e em qualquer de suas etapas.
- 12.1.2 - A fiscalização da SMS poderá solicitar de imediato e a qualquer tempo, que sejam sanadas eventuais deficiências detectadas na execução do objeto deste Termo:
  - a) Verbalmente – nos casos rotineiros ou de urgência.
  - b) Por escrito – nas situações que exijam operações mais complexas, estipulando-se, nesses casos, o prazo para seu atendimento. As solicitações por escrito poderão ser feitas, de acordo com a conveniência da SMS, através de Carta Formal (CF), FAX, ou uso de correio eletrônico.
    - 12.1.3 - A fiscalização da SMS poderá efetuar quaisquer diligências que julgar necessárias, inclusive com acesso nas áreas operacionais e de armazenagem da CONTRATADA, a fim de verificar se tudo está em conformidade com o avençado, bem como dirimir eventuais falhas e aferir a qualidade do material.
    - 12.1.4 - Como resultado, a fiscalização da SMS poderá sustar a execução dos serviços, total ou parcialmente, sempre que entender que a execução está irregular e/ou que os materiais empregados não são os especificados neste termo de referência.
    - 12.1.5 - A omissão, total ou parcial, da Fiscalização da SMS não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

### 12.2 - Fiscalização pela CONTRATADA:

- 12.2.1 - A fiscalização da CONTRATADA exercerá ação sistemática sobre as posições de trabalho objetivando:
  - a) Observar o perfeito cumprimento das solicitações e das ordens repassadas aos seus funcionários pela Administração da SMS;
  - b) Proceder a eventuais substituições de seus funcionários, inclusive nos casos de faltas ou ausências de qualquer natureza;
  - c) Identificar e solucionar necessidades de capacitação, treinamento e/ou orientação do seu pessoal, com vistas à obtenção do mais alto padrão de qualidade.





**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

12.2.2 - A fiscalização da CONTRATADA será responsável pela iniciativa de conhecer e sanar qualquer irregularidade ocorrida na prestação dos serviços, mantendo permanente contato com a Administração da SMS.

12.2.3 - A fiscalização da SMS será exercida no seu próprio interesse, e não implica em corresponsabilidade nem tão pouco exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades ou prejuízos, inclusive perante terceiros.

### **13. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA.**

13.1 – Deverá ser exigido da licitante de cada item, para a assinatura do contrato, a apresentação de documentos em cópia autenticada, conforme abaixo:

13.1.1 - Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.1.2 - Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.

13.2.3 - Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE (licitante) expedida pelo ANVISA/Ministério da Saúde.

13.2.4 - Certificado de Registro do Produto emitido pelo ANVISA/Ministério da Saúde para cada item.

### **14. DA AMOSTRA E DA AVALIAÇÃO TÉCNICA**

14.1 -Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DO PRODUTO na seguinte forma:

14.1.1 A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada, sob pena de desclassificação, a apresentar em até 3 (três) dias úteis, de acordo com o tipo de embalagem original de entrega: 2 embalagens de cada item

14.1.2 O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar, sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.

14.1.3 As Amostras apresentadas para análise deverão estar em suas embalagens originais para pronto uso, corretamente identificadas com etiquetas com: marca, fornecedor, tamanho, numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

14.2 As amostras deverão ser encaminhadas para a Comissão de Licitação que encaminhará para que a equipe técnica do Polo apresente seu parecer.

14.3 A análise das amostras do produto cotado será realizada **por profissionais do local de dispensação**, onde serão avaliados itens como:

14.3.1 A conformidade do produto com a especificação requerida no edital;

14.3.2 Se a embalagem garante a integridade do produto;

14.3.3 Se o produto possui boa flexibilidade e conformidade aos contornos do corpo;



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

14.3.4 Se o produto apresenta aparência uniforme em seu acabamento, sem imperfeições (furos, rasgos e emendas, por exemplo);

14.3.5 Aderência dos adesivos e sua característica hipoalergênica;

14.3.6 Data de fabricação, data de vencimento e descrição da embalagem no idioma português;

14.3.7 Número de registro emitido pela ANVISA;

14.4 - O **Parecer Técnico** acerca do produto cotado será emitido, após a:

14.4.1 Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;

14.4.2 Avaliação do produto pela área técnica do Pólo.

14.5 Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto, a Equipe Técnica do Pólo poderá solicitar mais amostras a arrematante.

14.6 As amostras apresentadas pelos licitantes para avaliação ficarão retidas.

14.7 A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.

## 15 - DA GARANTIA

15.1 –Será exigido do fornecedor, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

15.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

15.3 - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## 16 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Autor deste Termo de Referência

Luis Carlos Bordignon  
Matr. 99738029  
Licitações e Contratos

Responsável pelas informações:

Enf. Viviane Torres  
COREN ENF. 208471 - RJ  
POLO DA BAIXADA LITORÂNEA

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Dr. Marcio Ribeiro Mureb  
Secretário Municipal de Saúde



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

ANEXO I – LISTA DE ITENS PARA FORNECIMENTO

ITEM	UNID	MATERIAL	DESCRIÇÃO	CÓDIGO PROCEDIMENTO SUS	QUANT. TOTAL/ ANO
1	Unid	Bolsa de Colostomia/Ileostomia com ou sem adesivo microporoso drenável <b>opaca</b> .	Bolsa drenável para estoma intestinal adulto, plástico antiodor, opaca, sem filtro de carvão ativado, resina sintética, treshidrocoloides, recortável de 19 a 64 mm, com adesivo microporoso hipoalergênico, tela protetora de pele em plástico microperfurado. <b>Apresentar amostra.</b>	0701050020	<b>8000</b>
2	Unid	Bolsa de colostomia/Ileostomia com <b>leve convexidade (leve retração) Transparente</b> .	Bolsa drenável para estoma intestinal adulto, <b>com leve convexidade</b> , plástico antiodor, <b>transparente</b> , filtro de carvão ativado, resina dupla camada em formato ovalado. Recortável de 15 a 43mm, fechamento tipo envelope, fecho em velcro. <b>Apresentar amostra.</b>	0701050020	<b>1100</b>
3	Kit	Conjunto de Placa e Bolsa <b>Opaca 38 mm</b> para Estoma Intestinal.	sistema compatível de bolsa e base adesiva para estoma intestinal adulto, bolsa drenável, plástico antiodor, opaca, com ou sem filtro de carvão ativado, base adesiva de resina sintética recortável constituída por 3 hidrocolóides, flange de baixo perfil de 38mm com adesivo microporosohipoalergênico tela protetora com plástico microperfurado. <b>Apresentar amostra.</b>	0701050047	<b>800</b>
4	Tubo	Barreiras protetoras de pele sintética em forma <b>de pasta</b> .	Barreira protetora de pele em forma de pasta para prevenção, tratamento e nivelamento de irregularidades da pele, composto por hidrocolóide disponibilizada como tubo de pastacom aproximadamente 60 mg. <b>Apresentar amostra.</b>	0701060018	<b>1000</b>
5	Unid	<b>Creme Barreira</b>	Produto lipofílico, proporciona proteção e maciez, restaura o PH da pele. indicado para o uso na área periestomal para proteger contra irritação, fricção e efluentes do estoma. Composto de: água, Olivato Cetearílico e sorbitano, Acrilato C-10-C30 AlquilAcrilato copolímero e ácido dehidroacétíl. Tubo de 60ml. <b>Apresentar amostra.</b>		60
6	Unid	Barreira protetora de pele em forma de pasta para o cuidado de estomas intestinais e urinários composta de estireno-isopreno-estireno (SIS), borracha de isopreno líquido, poliisobutileno (PIB), dióxido de silício coloidal, óleo mineral, pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica (CMC), dióxido de titânio, metilparabeno e etilparabeno. Indicada para o preenchimento de cavidades e dobras cutâneas ao redor do estoma, assegurando um ajuste preciso entre o estoma e a base adesiva e protegendo a pele do efluente do estoma. Sem álcool. Não arde. Não estéril. Acondicionado em tubo de 60g embalado inividualmente em caixa com 1 unidade com aplicador.			<b>250</b>



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**ANEXO 7**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_  
PROCESSO: 37956/2019  
Nº LICITAÇÃO: **009/CPL - SEMUSA/2020**  
VALIDADE: 12 Meses a partir de sua assinatura.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, situada à \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, é celebrado o presente compromisso entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO, por intermédio da Secretaria \_\_\_\_\_, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado MUNICÍPIO e..... (ADJUDICATÁRIO), inscrito no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ estabelecida na (ENDEREÇO COMPLETO), doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo ..... inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, domiciliado à \_\_\_\_\_, de acordo com o processo administrativo n. \_\_\_\_\_, observadas as Leis Federais nº 10.520/02 e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei complementar 123 de 14 dezembro de 2006 e os Decretos Municipais 4.918/2013 e 5.926/2018 e ainda o edital nº \_\_\_\_\_, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente ata tem por objeto vincular a COMPROMITENTE com o Sistema de Registro de Preços do Município de Nova Iguaçu, para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	--------	-------------	-------------

Parágrafo Primeiro – A presente Ata vincula, com força contratual, a COMPROMITENTE ao fornecimento de material nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelos órgãos gerenciador e participantes. Parágrafo Segundo - O presente registro de preços não obriga o MUNICÍPIO a solicitar qualquer quantidade do material registrado, facultando-se a realização de licitação específica para a eventual prestação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de requisições em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS**

O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- c) Autorizar o fornecimento dos materiais, mediante solicitação escrita dirigida à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias
- d) Permitir aos funcionários credenciados pela CONTRATADA, livre acesso às áreas de entrega, de modo a viabilizar o fornecimento.
- e) Comunicar à CONTRATADA irregularidade na execução do objeto deste Termo, para adoção das providências cabíveis.
- f) Designar empregados de seu quadro para integrar equipe de fiscalização da execução dos serviços.
- g) Exigir o cumprimento integral das obrigações firmadas pela CONTRATADA.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

h) Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nas condições estabelecidas neste Instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE**

Constituem obrigações da COMPROMITENTE:

- a) Sempre que solicitado pela SEMUSA, a CONTRATADA prontamente apresentará todas as comprovações do atendimento das exigências de que trata este Termo de Referência.
- b) Entregar todos os documentos relativos ao contrato conforme designação da SEMUSA, e obedecendo rigorosamente os prazos legais e contratuais.
  - b.1.) Para todos os efeitos administrativos e/ou legais, a data de referência da entrega dos documentos, feitas pela CONTRATADA para a SEMUSA, relativos a esta contratação, bem como as contagens dos prazos a eles associados, será a data da sua efetiva entrega, conforme descrito acima, independentemente da data de emissão do documento, ou de qualquer outra nele afixada ou escrita.
- c) Atender a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório, bem assim o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos na contratação, durante toda a vigência contratual.
- d) Para a entrega utilizar-se de mão-de-obra qualificada, treinada e especializada, sendo todos do seu quadro regular de empregados, além de apresentar todos os seus empregados sempre devidamente uniformizados e identificados.
- e) Quanto a qualidade dos produtos, A CONTRATADA assume integral responsabilidade, por todo e qualquer dano que vier a causar direta ou indiretamente à SEMUSA, bem como a terceiros, incluindo, mas não se limitando a ocorrências de acidentes, doenças, mortes, perdas e/ou destruições, isentando a SEMUSA de todas e quaisquer reclamações cíveis e/ou trabalhistas que possam surgir, não cabendo, em qualquer caso, direito regressivo em relação à SEMUSA.
- f) A CONTRATADA declara que estão incluídos na sua proposta de preços, e por sua exclusiva conta todos os custos e encargos necessários.
- g) Se a SEMUSA relevar o descumprimento no todo ou em parte, de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

**CLÁUSULA QUINTA - DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS**

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo MUNICÍPIO, nos termos desta ata, será da ordem de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

O fornecimento do material deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**Parágrafo primeiro.** Cada ordem de fornecimento emitida pelos órgãos gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.

**Parágrafo segundo.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

**Parágrafo terceiro.** As inclusões ou exclusões de serviços ou bens ou alteração de seus preços que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

**Parágrafo Quarto** - A fiscalização do fornecimento será realizado por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização instituída.

**Parágrafo Quinto** - O objeto da Ata de Registro de Preço será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, mediante atestado na Nota Fiscal e será feita por servidor designado pela SEMUSA, o qual afixará seu carimbo e sua assinatura, quando da conclusão da entrega.
- b) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material pela Secretaria Municipal de Saúde.
- c) **Definitivamente**, quando do aceite e processamento da correspondente Nota Fiscal.

Na constatação de qualquer falha, sujeira, dano, avaria, contaminação, total ou parcial nos materiais, objeto desta licitação, ou de qualquer outra irregularidade ocorrida no fornecimento dos materiais, a SEMUSA comunicará a ocorrência por escrito à CONTRATADA, sendo admitido o uso de correio eletrônico, para sua imediata regularização, caso em que não ocorrerá a aceitação do(s) material (ais), e o correspondente pagamento ficará suspenso e subordinado à sua efetiva correção.

**Parágrafo sexto** - O representante do MUNICÍPIO, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**Parágrafo Sétimo** - A COMPROMITENTE declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Oitavo** - A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da COMPROMITENTE, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE**

A COMPROMITENTE é responsável por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento de bens, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo Primeiro** - A COMPROMITENTE é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento de bens, podendo o MUNICÍPIO a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da COMPROMITENTE.

**Parágrafo Segundo** - A reiterada ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo poderá ensejar a rescisão da ata de registro caso, após formalmente notificada, a COMPROMITENTE não venha a sanar a falta com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

#### **CLÁUSULA OITAVA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

O MUNICÍPIO fará o pagamento das parcelas referentes ao fornecimento do material por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela COMPROMITENTE. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a COMPROMITENTE apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal n.º 10.696/16.

Parágrafo Segundo - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da COMPROMITENTE, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devido.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos realizados pelo MUNICÍPIO em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto - No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

#### **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA**

- a) Será exigido do fornecedor, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
- b) A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- c) Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO**

O Contrato decorrente da presente ata poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

**Parágrafo Primeiro** - Observado o disposto no artigo 10 § 1º do Decreto Municipal nº 5.926/18, as eventuais alterações da ata não poderão acarretar aumento do quantitativo registrado.

**Parágrafo Segundo** – O Contrato decorrente da presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - I. – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
  - II. – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
  - III. – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto nos artigos 19 e 20 do Decreto Municipal nº 5.926/2018 nas seguintes hipóteses:

- I. Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços;
- II. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III. Estiverem presentes razões de interesse público;
- IV. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem a justificativa aceitável;
- V. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

**Parágrafo Primeiro** – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado a COMPROMITENTE o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da COMPROMITENTE, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

**Parágrafo Quarto** – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a COMPROMITENTE, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da COMPROMITENTE;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002.

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo primeiro – A aplicação de multas, será de competência do Secretário (a) Municipal Titular da Pasta.

Parágrafo segundo – A imposição das demais penalidades é de competência também do Secretário (a) Municipal Titular da Pasta, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação, sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea "f" do caput.





**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

Parágrafo quarto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo terceiro.

Parágrafo quinto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sexto – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da ata de registro de preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo sétimo – O prazo de impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à COMPROMITENTE, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a COMPROMITENTE tenha em face do MUNICÍPIO, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Primeiro – Caso o MUNICÍPIO tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a COMPROMITENTE ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

O presente registro não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da COMPROMITENTE, a impossibilidade de opor, perante o MUNICÍPIO, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da COMPROMITENTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, na forma do parágrafo 1º, do art. 22, do Decreto Municipal n.º 5.926/18, observando-se os limites dispostos nos parágrafos quarto e quinto.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Segundo. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 100% do quantitativo registrado.

Parágrafo Terceiro. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder o limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA**

A ata devidamente assinada pelas partes deverá ser publicada em diário oficial e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Cabo Frio, devendo a autoridade competente adotar as providências necessárias à remessa de cópia ao TCE-RJ.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Parágrafo Único – Fica eleito o Foro da Cidade de Cabo Frio, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Pelo **MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
Pela **COMPROMITENTE**

**TESTEMUNHAS**

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

Anexo 8  
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA - CONTRATO PARA A  
\_\_\_\_\_  
QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO  
FRIO E \_\_\_\_\_

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO, pessoa jurídica de direito público interno, cuja sede está situada na Rua Fagundes Varela, s/nº - São Cristóvão – Cabo Frio - RJ, CNPJ nº 12.292.556/0001-88, doravante denominada **SEMUSA**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Carlos Ernesto dos Santos Dornellas (Secretário de Saúde do Município de Cabo Frio), e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_ (IDENTIFICAR REPRESENTANTE) \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com o **processo administrativo nº 37956/2019 e o Edital de Licitação nº 009/CPL-SEMUSA/2020**, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Municipal nº 10.662/2016, considerando-se sempre as respectivas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes.

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DA EXECUÇÃO,
8ª	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
13ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
14ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
15ª	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
16ª	DA RESCISÃO
17ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
18ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
19ª	DO FORO

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a **OBJETO: AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE FIOS CIRÚRGICOS E AFINS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

**Parágrafo único.** A **CONTRATADA**, de acordo com a licitação nº \_\_\_\_\_, obriga-se ao fornecimento dos materiais nas condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência que faz parte integrante do presente.



#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 meses, contados a partir da data da assinatura.

**Parágrafo primeiro.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Autorizar o fornecimento dos materiais, mediante solicitação escrita dirigida à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias
- b) Permitir aos funcionários credenciados pela CONTRATADA, livre acesso às áreas de entrega, de modo a viabilizar o fornecimento.
- c) Comunicar à CONTRATADA irregularidade na execução do objeto deste Termo, para adoção das providências cabíveis.
- d) Designar empregados de seu quadro para integrar equipe de fiscalização da execução dos serviços.
- e) Exigir o cumprimento integral das obrigações firmadas pela CONTRATADA.
- f) Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nas condições estabelecidas neste Instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Sempre que solicitado pela SEMUSA, a CONTRATADA prontamente apresentará todas as comprovações do atendimento das exigências de que trata este Termo de Referência.
- b) Entregar todos os documentos relativos ao contrato conforme designação da SEMUSA, e obedecendo rigorosamente os prazos legais e contratuais.
  - b.1.) Para todos os efeitos administrativos e/ou legais, a data de referência da entrega dos documentos, feitas pela CONTRATADA para a SEMUSA, relativos a esta contratação, bem como as contagens dos prazos a eles associados, será a data da sua efetiva entrega, conforme descrito acima, independentemente da data de emissão do documento, ou de qualquer outra nele afixada ou escrita.
- c) Atender a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório, bem assim o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos na contratação, durante toda a vigência contratual.
- d) Para a entrega utilizar-se de mão-de-obra qualificada, treinada e especializada, sendo todos do seu quadro regular de empregados, além de apresentar todos os seus empregados sempre devidamente uniformizados e identificados.
- e) Quanto a qualidade dos produtos, A CONTRATADA assume integral responsabilidade, por todo e qualquer dano que vier a causar direta ou indiretamente à SEMUSA, bem como a terceiros, incluindo, mas não se limitando a ocorrências de acidentes, doenças, mortes, perdas e/ou destruições, isentando a SEMUSA de todas e quaisquer



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

reclamações cíveis e/ou trabalhistas que possam surgir, não cabendo, em qualquer caso, direito regressivo em relação à SEMUSA.

f) A CONTRATADA declara que estão incluídos na sua proposta de preços, e por sua exclusiva conta todos os custos e encargos necessários.

g) Se a SEMUSA relevar o descumprimento no todo ou em parte, de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL**

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O valor total do contrato é composto de acordo com os seguintes preços unitários:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	---------------	----------------	-------------

Parágrafo segundo. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias no cumprimento do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 951 – FINASUS ESTADO  
PROGRAMA DE TRABALHO: 0015 – GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA  
ELEMENTO DE DESPESA: 3390300000 – MATERIAL DE CONSUMO

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO**

O fornecimento do material deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**Parágrafo primeiro.** Cada ordem de fornecimento emitida pelos órgãos gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.

**Parágrafo segundo.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

**Parágrafo terceiro.** As inclusões ou exclusões de serviços ou bens ou alteração de seus preços que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

A fiscalização do fornecimento será realizado por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização instituída.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**Parágrafo Primeiro** - O objeto do Contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

- a) **Provisoriamente**, mediante atestado na Nota Fiscal e será feita por servidor designado pela SEMUSA, o qual afixará seu carimbo e sua assinatura, quando da conclusão da entrega.
- b) A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material pela Secretaria Municipal de Saúde.
- c) **Definitivamente**, quando do aceite e processamento da correspondente Nota Fiscal.

Na constatação de qualquer falha, sujeira, dano, avaria, contaminação, total ou parcial nos materiais, objeto desta licitação, ou de qualquer outra irregularidade ocorrida no fornecimento dos materiais, a SEMUSA comunicará a ocorrência por escrito à CONTRATADA, sendo admitido o uso de correio eletrônico, para sua imediata regularização, caso em que não ocorrerá a aceitação do(s) material (ais), e o correspondente pagamento ficará suspenso e subordinado à sua efetiva correção.

**Parágrafo segundo** - O representante do MUNICÍPIO, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**Parágrafo Terceiro** - A COMPROMITENTE declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Quarto** - A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da COMPROMITENTE, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados a **SEMUSA** ou a terceiros, em decorrência dos defeitos ou falhas nos produtos entregues, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **SEMUSA**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

**Parágrafo segundo.** A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro desta cláusula ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **SEMUSA** fará o pagamento das parcelas referentes ao fornecimento do material por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **COMPROMITENTE**. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **COMPROMITENTE** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal n.º 10.696/16.

**Parágrafo Segundo** - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **COMPROMITENTE**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**Parágrafo Terceiro** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo ..... e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo Quarto** - Os pagamentos realizados pela **SEMUSA** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo Quinto** - No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível a **SEMUSA**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

- a) Será exigido do fornecedor, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
- b) A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- c) Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo único** - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sendo que nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo primeiro.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **SEMUSA**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

**Parágrafo segundo** – As sanções previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.



**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

**Parágrafo terceiro** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo quarto** - A aplicação da sanção prevista nestas Cláusulas observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto Municipal nº 10.662/2016.

**Parágrafo quinto** – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo sexto** - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **SEMUSA**.

**Parágrafo único** - Caso a **SEMUSA** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **SEMUSA** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

**Parágrafo único.** Na hipótese de anuência da **SEMUSA**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo -A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Cabo Frio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta da **SEMUSA**.

**Parágrafo primeiro** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O município encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS**





**PREFEITURA DE CABO FRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Fagundes Varela, s/n – São Cristóvão – Cabo Frio – RJ.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Cabo Frio, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Cabo Frio,        de                    de 2020.

\_\_\_\_\_  
a) Pela CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_  
b) Pela CONTRATADA

Testemunhas  
1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_